

Procedimentos de pesquisa: alguns conselhos práticos para o estudo também psicolinguístico de realidades concretas

Research procedures: some practical tips aimed at studying concrete realities in psycholinguistics

Fernanda Martins
Maria da Graça Lisboa Castro Pinto

Universidade do Porto – Porto – Portugal

Resumo: É objeto deste texto responder a algumas questões que são muitas vezes colocadas sobretudo pelos estudantes de pós-graduação em Letras acerca dos “procedimentos de pesquisa” que devem ser seguidos pelos trabalhos que contemplem uma vertente prática. Na medida em que a Psicolinguística estuda realidades concretas e sujeitos reais, em virtude do seu caráter prático, os artigos de pesquisa nesta área terão de obedecer a critérios rigorosos de ordem metodológica a fim de que possamos estar perante estudos com a credibilidade que deles se espera. Das secções habituais dos artigos de investigação (Introdução, Metodologia, Resultados, Discussão), serão tratados, em especial, os que mais se aproximam dos “procedimentos de pesquisa” (Metodologia e Resultados), tendo-se optado por dar a este texto a configuração de respostas a dúvidas apresentadas com frequência pelos estudantes.

Palavras-chave: Procedimentos de pesquisa; Metodologia; Resultados

Abstract: This text aims to develop answers to questions usually asked by post-graduate students from Humanities courses concerned with research procedures which must be followed in articles with a practical component. As Psycholinguistics is concerned with concrete realities and real individuals, due to its practical nature, research articles related to it also have to observe rigorous methodological criteria in order to be considered credible studies. From the usual sections of research articles (Introduction, Method, Results, Discussion), those which are more linked to “research procedures” (Methodology and Results) will be dealt with. Due to its content, this text/article will consist of developing answers to doubts frequently presented by students.

Keywords: Research procedures; Methodology; Results

Breves notas de entrada

Qualquer autor que queira submeter um artigo a um número temático de uma revista tem de ter em conta, entre outros, o seu contributo para o(s) tema(s) proposto(s) e a audiência a que se dirige.

O título deste número temático relacionado com a Psicolinguística desdobra-se efetivamente em mais do que um tópico. Um deles, mais precisamente “procedimentos de pesquisa”, suscitou nos autores deste texto um interesse particular porquanto os fez sentir na qualidade tanto de investigadores como de docentes a nível de graduação e de pós-graduação, que se trata de um assunto que nem sempre é dominado com a profundidade necessária por quem pretende incluir uma vertente empírica ou experimental nos seus escritos.

Importa sublinhar que este número temático diz respeito à Psicolinguística: uma ciência que tem em vista realidades concretas e locutores reais, advindo daí inevitáveis consequências metodológicas experimentais para investigar essa realidade (SLAMA-CAZACU, 2007, p. 81).

Como ajudar então os estudantes e mesmo colegas que, provindos da área das Letras, se mostrem menos à vontade com trabalhos que integrem uma parte prática?

Centremo-nos, então, na forma como devem proceder os estudantes de pós-graduação, que constituem a audiência especialmente escolhida para este texto, com vista a realizarem uma pesquisa aprofundada baseada em métodos adequados. É nosso intuito por conseguinte que se familiarizem com trabalhos académicos que obedeçam à organização de um artigo de investigação

(experimental), que se divide normalmente em quatro secções – Introdução, Metodologia, Resultados e Discussão (IMRD) – (INTERNATIONAL COMMITTEE OF MEDICAL JOURNAL EDITORS, 1997, p. 255-256).

Embora os problemas com que os estudantes se confrontam possam encontrar-se, desde logo, no Título a ser escolhido, que, como sabemos, já nos revela muito acerca das variáveis dependentes e independentes em jogo no estudo, bem como na redação do Resumo que deve anteceder o trabalho escrito, estes não constituirão o objeto principal deste texto. À Introdução e à Discussão, também não dedicaremos o espaço que será antes consagrado às secções Metodologia e Resultados, na medida em que são estas últimas que carecem de uma preparação mais técnica e motivam por consequência nos estudantes mais dúvidas, tantas vezes traduzidas por perguntas muito concretas.

Como pretendemos que este texto se revista de uma índole eminentemente prática e que possa vir a ser da maior utilidade para quem o vier a ler, tentaremos fazer uma abordagem a esta temática a partir de exemplos de questões que nos são colocadas frequentemente pelos estudantes.

Segue-se portanto um conjunto de perguntas a que procuraremos responder de modo muito sucinto e que evidenciam o teor próprio da fundamentação subjacente a matérias nem sempre tidas com a seriedade necessária por quem, não possuindo a formação necessária, ousa introduzir, sem a ajuda de um especialista, uma componente prática nos seus trabalhos.

PERGUNTA 1: Que tipo de metodologia é a mais adequada para estudos com uma parte prática? A quantitativa ou a qualitativa?

RESPOSTA: Os mesmos temas e problemas podem ser abordados das mais diversas formas sem prejuízo da qualidade dos resultados obtidos. Essas formas passam muitas vezes pela adequação da metodologia aos objetivos específicos do trabalho mas convém não descuidar os interesses e as maiores ou menores capacidades e gostos de quem vai levar a cabo a investigação.

Uma opção de fundo que deve ser tomada desde o início reside em decidir se o estudo é de tipo qualitativo ou quantitativo. Poderia afirmar-se que, feita esta opção, tudo se modifica.

Acresce-se que, por vezes, existe a ilusão de que a presença de números nos resultados constitui, por si só, uma mais-valia do trabalho realizado. Esta crença, decorrente da tradição positivista, pode ser extremamente “perigosa” quando levada “a sério”. Resulta dessa crença a elaboração de muitos trabalhos incipientes, mal planeados, em que a presença de cálculos estatísticos apenas confirma a impreparação, para não dizer o

desconhecimento, do seu verdadeiro e relativo papel numa investigação.

Outro erro comum, que, em determinada época, pode ter tido justificação, mas que hoje em dia permanece unicamente quando a ignorância ou a teimosia persistem, corresponde a pensar que as metodologias qualitativas são um parente pobre em investigação. As realidades estudadas em ciência são tão diversas que foram necessários alguns anos para que se aceitasse que a natureza humana apresenta complexidades de tal ordem que somente abordagens qualitativas a permitem compreender integralmente. Acredita-se que alguns suportes de *software* (por exemplo: Nvivo, QDA, WebQDA, etc.) tenham contribuído para conferir a este tipo de abordagem o estatuto que lhe era devido no âmbito dos trabalhos em Ciências Humanas e Sociais.

Torna-se de toda a conveniência avançar que são acionados diferentes paradigmas de procedimento, visões do mundo e identidades em função do estudo que se escolher: quantitativo ou qualitativo (PONTEROTTO e GRIEGER, 1998).

PERGUNTA 2: Como se deve proceder quando se opta por uma metodologia quantitativa?

RESPOSTA: A opção por um estudo de tipo quantitativo implica os seguintes pontos:

1 A amostra

A escolha da amostra é feita, por vezes, de forma um pouco leviana; no entanto, ela envolve questões técnicas de alguma complexidade e está sempre dependente dos objetivos da investigação.

Num primeiro momento, interessa considerar a existência da distinção básica entre amostra representativa e amostra significativa.

Quando se fala de amostra representativa, refere-se ao facto de podermos ou não generalizar os resultados obtidos a partir da amostra estudada. Por exemplo, se uma amostra é constituída por indivíduos de uma determinada faixa etária, não é possível, a partir desses resultados, tirar conclusões para outras idades. Isso seria um erro. Por sua vez, se, com base nos resultados obtidos numa pequena amostra de uma população numerosa, forem feitas generalizações para essa população, reveste-se de toda a conveniência verificar se, nas características relevantes, há correspondência entre amostra e população (EVANS, 1985).

Outro erro frequente consiste em testar um conjunto de indivíduos com poucas características em comum e tomá-lo por um grupo homogéneo.

No caso da amostra significativa, é o tamanho da amostra que está em causa. Quer isto dizer que, às vezes,

um menor número de indivíduos, quando for possível estabelecer uma comparação entre grupos, permite chegar a resultados mais consistentes do que o recurso a uma única amostra mais numerosa.

Para saber se a amostra tem um número suficiente de sujeitos, é de toda a vantagem respeitar algumas regras simples. Podemos, por exemplo, dividir os dados ao meio de forma aleatória e analisar cada metade separadamente. Se cada metade permitir gerar conclusões claras e concordantes, provavelmente foram obtidos dados suficientes; se tal não ocorrer, é muito provável que sejam precisos mais dados ou que seja necessário utilizar métodos mais sofisticados como, por exemplo, a análise *split-half*, que calcula o coeficiente de correlação entre os dados dessas metades. Este coeficiente deverá ser muito elevado (acima de .70) para que se aceite o tamanho da amostra (MARTIN e BATESON, 2008).

Outra questão relativamente à amostra diz respeito ao método de seleção dos sujeitos, que pode ser feito por amostragem probabilística ou não probabilística. A amostragem é probabilística quando se pode determinar o grau de probabilidade de um sujeito da população pertencer ou não à amostra. Neste caso, a seleção é aleatória (SCHUTT, 1999). Na amostragem não probabilística, não é possível determinar essa probabilidade. Em qualquer um destes dois tipos de amostragem, podem ser destacados vários métodos – amostragem aleatória, aleatória sistemática estratificada e por *clusters* no caso das probabilísticas e amostragem por conveniência, criterial, por quotas, acidental e “bola de neve” no caso das não probabilísticas – com indicações precisas que devem ser seguidas no processo de seleção (COUTINHO, 2011).

2 O método de recolha de dados

Na hipótese de a escolha recair sobre os métodos quantitativos, os instrumentos de recolha deverão viabilizar a quantificação de respostas. Podem ser testes já standardizados e normalizados, testes ou provas construídas para o efeito, questionários existentes ou a construir. Em todos os instrumentos, em particular nos questionários a construir, o conhecimento específico revela-se de novo essencial. Várias são, ainda, as opções. O questionário pode ter ou não título, deve conter um parágrafo introdutório e conter, por fim, os agradecimentos aos respondentes. Devem ainda elaborar-se devidamente as questões, que têm de ser objetivas, em número ajustado, estar bem organizadas em função das temáticas contidas no questionário e redigidas de modo adequado à amostra. Relativamente ao tipo de respostas, estas podem ser abertas (objeto de tratamento qualitativo) ou fechadas (dicotômicas, em escala de tipo *Likert*, por

diferencial semântico). O tipo de respostas condicionará o tratamento estatístico dos dados (ver ponto 3 abaixo no que se reporta à diferença entre dados nominais e intervalares). Com frequência, só se percebe quase no final do processo que a forma de recolher os dados foi impeditiva de analisar determinadas relações ou de tirar determinadas conclusões.

3 O tipo de tratamento de dados – estatística descritiva e inferencial

Revela-se de importância, no tratamento estatístico dos dados, fazer a diferença entre estatística descritiva e inferencial.

Nesta linha, é conveniente realçar que, num trabalho experimental, se espera que o investigador manipule, ou seja, faça variar intencional ou sistematicamente a variável independente de tal forma que os efeitos dessa manipulação possam ser observados na variável dependente (MELTZOFF, 1998).

Assim, num primeiro momento da análise, descrevem-se genericamente os dados. Esta descrição é feita, por norma, para as medidas de tendência central (média, mediana, moda) e para as medidas de variabilidade (variância, desvio-padrão para a média; quartis e percentis para a mediana). Apresentam-se nomeadamente, tanto para as variáveis dependentes como independentes, a média e o desvio padrão quando se trata de dados intervalares ou as frequências sempre que estão em questão dados nominais.

A estatística descritiva pode ainda comportar informação sobre medidas de relação como, por exemplo, os coeficientes de correlação, que servem para determinar se existe uma associação entre duas ou mais variáveis dependentes. A escolha do método de cálculo deste coeficiente depende da escala de medida das variáveis. Podem assim ser calculados o coeficiente de contingência para os dados nominais, os coeficientes de correlação de Kendall ou de Spearman para os dados ordinais e, finalmente, o coeficiente de correlação de Pearson para os dados intervalares.

Todos estes dados são factuais e não permitem por si só que seja retirada qualquer conclusão. São meramente descritivos da situação estudada.

Num segundo momento de análise, visa-se, por norma, saber se existem efeitos das variáveis independentes (por exemplo: a idade, o sexo e a escolaridade) sobre as dependentes (os resultados de um teste, as respostas às questões de um questionário, entre outras) a partir dos quais possamos analisar, discutir e concluir os resultados. Para esse fim, existem testes estatísticos adequados a cada tipo de comparação: os testes de hipóteses. Estes destinam-se a “confrontar” os dados recolhidos na amostra com os valores teóricos da chamada curva normal

de amostragem, ou seja, procede-se à comparação entre a hipótese experimental e a hipótese nula. Deseja-se, desta maneira, saber se os dados obtidos na amostra estudada, dependendo da sua representatividade (BLACK, 1999), podem generalizar-se para a população no seu todo. Antes de realizar este tipo de análise terá de se verificar se os dados admitem o uso de testes paramétricos ou não-paramétricos. Entre outros aspetos, estão em causa o tamanho da amostra, o tipo de dados recolhidos (nominais, ordinais ou intervalares) e o facto de os resultados estarem ou não normalmente distribuídos (segundo a designada curva normal ou de Gauss). Os citados testes possibilitam comparar frequências (por exemplo: as diferenças de frequência de respostas sim/não a uma questão de um questionário consoante o sexo dos indivíduos) ou médias (por exemplo: as diferenças nas médias obtidas num teste consoante o sexo dos indivíduos). São aplicados os testes estatísticos específicos (Qui-quadrado no caso da diferença de frequências e *t* de Student para diferenças de médias) para determinar, através do nível de significância, se as diferenças encontradas são ou não estatisticamente significativas, ou seja, se resultam do que se está a estudar ou do acaso.

Em qualquer das situações, se o objetivo consistir em comparar dois momentos experimentais diferentes realizados pelos mesmos participantes no estudo (por exemplo: responder a um teste antes e depois de os sujeitos terem feito uma determinada aprendizagem), os testes estatísticos a aplicar serão os testes para medidas repetidas.

Estas serão as análises mais gerais que se podem aplicar aos dados no âmbito da estatística inferencial.

Consoante o estudo e os fins em vista, haverá análises estatísticas mais adequadas e específicas que consentem o estudo de outro tipo de relações como, por exemplo, a análise de regressão entre variáveis e a análise de variância. O *software* em regra usado em Ciências Humanas para o tratamento de dados estatísticos é o SPSS.

4 *Análises e conclusões permitidas pelos dados*

Ainda que um estudo não exija um tratamento estatístico de dados complexo, o investigador, se tem a intenção usar estas técnicas, deverá ter conhecimentos básicos de estatística, dos limites da mesma e das situações em que ela pode ser aplicada de forma válida. Por outras palavras, deve saber avaliar as situações em que se empregam testes não paramétricos ou paramétricos, dominar as noções que levam a perceber como se calculam e o que significam a frequência, a moda, a mediana, a média, o desvio-padrão e os coeficientes de correlação, entre outros, que são essenciais não só para planear o estudo, mas também para analisar resultados e deles concluir algo.

PERGUNTA 3: E, no caso da metodologia qualitativa, como se procede?

RESPOSTA: A opção por um estudo de tipo quantitativo implica os seguintes pontos:

1 *A amostra*

Existem variadas técnicas de amostragem no que se refere aos estudos de tipo qualitativo, dependendo a sua escolha do objetivo do estudo. Este tipo de amostra é intencional, não sendo valorizada a sua representatividade. Pode mesmo inserir casos atípicos para que a variação natural fique representada.

2 *O método de recolha de dados*

A recolha de dados é feita utilizando técnicas de observação, de entrevista e de pesquisa documental, abrangendo esta última o uso de documentos quer escritos (textos em jornais, em revistas, em diários, em cartas, em e-mails, em blogs, etc.) quer imagens (fotografias, desenhos, gravações em vídeo) ou mesmo conversas informais e objetos.

3 *O tipo de tratamento de dados*

O tratamento de dados incide necessariamente na análise da palavra escrita ou falada.

Na maioria das situações, a quantidade de informação é elevada e necessita de ser reduzida para se poder descrever e interpretar o fenómeno estudado. Para isso, o investigador realiza um processo de codificação em que são criadas categorias a partir dos dados, procurando padrões ou regularidades que justifiquem essa categorização por meio de variadas técnicas (por exemplo: indução analítica, comparação sistemática).

As técnicas de análise mais conhecidas são: (1) a análise de conteúdo e (2) a hermenêutica (COUTINHO, 2011). A análise de conteúdo é muito utilizada no estudo de textos. Consiste em analisar de forma sistemática um corpo de texto ou material audiovisual de modo a desvendar e, eventualmente, quantificar a ocorrência de unidades de análise (palavras, frases, temas) que são considerados fulcrais, no intuito de poder, com base neles, proceder a inferências. Esta análise pode partir de categorias pré-definidas com fundamento numa teoria ou apoiar-se apenas na metodologia de análise exploratória. As categorias constituem um meio de classificar os dados descritivos recolhidos (BOGDAN e BIKLEN, 1994). A partir da exploração do material, podem fazer-se inferências e interpretações na busca do verdadeiro significado do discurso analisado.

A hermenêutica, entendida aqui como um método de análise de dados qualitativos, busca os significados que se ocultam no texto.

PERGUNTA 4: Um artigo é constituído por que secções?

RESPOSTA: Tanto as dissertações como os artigos científicos apresentam-se divididos em três componentes: (1) o conteúdo técnico presente na revisão da literatura, a apresentação do problema e a formulação de hipóteses; (2) a pesquisa propriamente dita e (3) a interpretação e discussão dos resultados (MELTZOFF, 1998). Os conteúdos citados encontram-se distribuídos nas secções que normalmente integram um trabalho académico (Introdução, Metodologia, Resultados, Discussão). (Ver, por exemplo, GOODWIN, 2005; COUTINHO, 2011; TUCKMAN, 2012.)

Na secção **Metodologia**, deve constar toda a informação genérica sobre as opções tomadas a este nível. É comum que comporte Participantes, Material/Instrumentos e Procedimentos.

Toda a informação respeitante à amostra deve constar da subsecção **Participantes**: o número de sujeitos, a média e o desvio padrão da idade, o número de sujeitos por sexo ou, eventualmente, por escola ou por qualquer outra característica em que seja importante descrevê-los ou distingui-los, na hipótese de existir mais do que um grupo, e respetivas percentagens em relação ao total da amostra. Outras informações, consoante o tipo de estudo, poderão também constar nesta subsecção, designadamente os valores de um teste inicial que permitiu escolher ou impedir sujeitos de pertencerem à amostra. Em resumo: tudo o que caracteriza e descreve a amostra como um todo ou os subgrupos em que se divide quando estiverem em causa o estudo e a comparação de mais do que um grupo de sujeitos.

Na subsecção **Material/Instrumentos** devem ser descritos em pormenor os instrumentos utilizados na recolha de dados.

Quando se tratar de inquéritos, estes devem conter: a informação sobre o número total de questões, as categorias por que estão divididas, o número de questões por categoria e a indicação de ter sido construído para o efeito ou de ter sido já aplicado. Deve igualmente conter o tipo ou tipos de resposta exigidos.

O mesmo é válido para testes previamente elaborados. Nessas circunstâncias, além de uma descrição e do nome do autor do teste, deve constar informação sobre o modo de obter a cotação, sobre os percentis ou sobre outras indicações a respeito do modo de avaliação dos sujeitos.

Se for necessário utilizar outro tipo de provas, tal deve ser descrito nesta subsecção.

Relativamente à subsecção **Procedimentos**, nela devem colocar-se as informações relativas ao modo como decorreu a aplicação dos instrumentos utilizados (por exemplo: realizado em grupo ou individualmente, por meio de resposta escrita ou através de leitura em voz alta pelo investigador com resposta oral), ao local (na rua,

em sala de aula, no recreio, no café) e à hora (de manhã, tarde, noite). Estas informações podem ser mais ou menos pormenorizadas consoante o investigador achar que são ou não relevantes para se compreender a importância de variáveis a analisar no estudo (por exemplo: a hora pode ser relevante para analisar a realização de determinadas tarefas) ou de variáveis parasitas a tentar eliminar (por exemplo: um ambiente de mais descontração se for realizado no recreio *versus* na sala de aula).

Na secção destinada aos **Resultados** devem apresentar-se os resultados de forma objetiva e seguindo as regras de escrita para resultados quantitativos provenientes de análises estatísticas. Os resultados ou testes estatísticos utilizados obedecem a formas e a regras para serem expostos. Podem ser apresentados em texto mas também se pode simplificar a sua leitura com a exibição de tabelas e/ou de gráficos. Em qualquer das opções deve ter-se o cuidado de não sobrecarregar a apresentação, tornando-a antes de fácil leitura através de bons títulos.

Regra geral, nesta secção, os resultados são apenas apresentados sem qualquer comentário ou análise. No entanto, também é possível aceitar a apresentação de resultados imediatamente seguida de uma discussão. Quando os resultados são muito pormenorizados e extensos pode ser aconselhável que sejam acompanhados, a par e passo, da respetiva discussão como forma de facilitar a leitura e a compreensão. As secções Resultados e Discussão aparecem então em conjunto à semelhança do que se passa nos estudos de tipo qualitativo.

Na **Discussão** deve figurar uma apreciação dos resultados à luz dos temas, das propostas de análise dos estudos realizados por outros autores e respetivas conclusões, e das teorias apresentadas nas secções de revisão teórica (estado da arte) que antecedem a secção de Metodologia. Não devem ocorrer nesta secção senão autores mencionados anteriormente. Se forem encontrados estudos relevantes para a discussão, no preciso momento em que se está a trabalhar nessa secção, eles devem ser integrados também nos capítulos do estado da arte.

As **Conclusões**, conforme o nome indica, devem ser um momento em que se exibem todas as fases do trabalho de forma resumida dando um realce especial aos resultados e à discussão. Nela ocorrerão uma análise crítica ao trabalho realizado, uma reflexão sobre os aspetos positivos e menos positivos, um apontamento sobre as aplicações práticas do estudo e os seguimentos a dar-lhe em projetos futuros.

Breves notas de fecho

Restrições de vária ordem levaram-nos a não conferir a este texto nem um carácter demasiado pesado, nem um estatuto próximo do de qualquer manual de metodologia

de pesquisa. Acontece, porém, que as respostas que foram dadas às perguntas colocadas afiguram-se-nos que contribuem para mostrar com clareza que, afinal, não podemos partir de ânimo leve para um estudo que contenha uma componente prática e que é necessária alguma preparação para o poder realizar.

Infere-se então que a escrita de um trabalho acadêmico que comporte uma parte prática será mais acessível a quem tiver frequentado cursos de Letras com planos curriculares que englobem disciplinas relacionadas com as metodologias de pesquisa que mais se ajustam a trabalhos aplicados.

Não se julgue contudo que é humilhante recorrer aos ensinamentos de especialistas dessas áreas quando surgem dúvidas no momento de se fazer o desenho do estudo, em virtude da complexidade de tal tarefa, ou na altura de decidir qual o melhor instrumento para analisar os dados obtidos. Grandes especialistas sem formação nessa área também o fazem, sem preconceitos, naturalmente com o intento de virem a publicar trabalhos que não venham a ser reprovados pelos seus pares por falta de rigor metodológico.

É nosso entendimento que este texto tentou responder ao que se propôs: tratar, ainda que propositadamente com alguma suavidade, o tópico “procedimentos de pesquisa” que surge no título deste número da revista *Letras de Hoje* e dedicar a sua leitura, em particular, aos estudantes de pós-graduação empenhados em realizar estudos aplicados, por exemplo de Psicolinguística, que incluem usualmente uma componente prática. Não se julgue que estudiosos já detentores do grau de doutoramento e mesmo com pós-doutoramentos prescindem de noções como as que foram expostas neste texto. A humildade nunca foi inimiga da seriedade e, como tal, em Ciência também é importante que reconheçamos as nossas fragilidades e batamos à porta, sem qualquer tipo de orgulho, de quem nos pode auxiliar a fim de virmos a publicar trabalhos com uma marca de rigor que motive a sua aprovação por parte dos pares.

Uma última palavra pode ir no sentido de desenvolver um espírito de investigação aberto à realização de trabalhos em equipa porque, finalmente, não podemos saber tudo em todas as áreas.

Ao ser vista como uma “multidisciplinarily connected science” (SLAMA-CAZACU, 2007), deixamos a Psicolinguística como ensinamento que se deve

apostar seriamente nos trabalhos de pesquisa em que cada elemento da equipa franqueie a porta dos seus conhecimentos aos restantes elementos a fim de que dessa conjugação de saberes resulte algo de relevante para o avanço da Ciência na sua diversidade.

Referências

- BLACK, Thomas. *Doing quantitative research in the social sciences: an integrated approach to research design, measurement and statistics*. London: Sage Publications, 1999.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.
- COUTINHO, Clara Pereira. *Metodologia de investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática*. Coimbra: Edições Almedina, 2011.
- EVANS, Kathleen Marianne. *Planning small scale research: a practical guide for teachers and students*. Riverside: Delmar Pub, 1985.
- GOODWIN, C. James. *Research in Psychology: methods and design*. NJ: John Wiley and Sons, Inc., 2005.
- INTERNATIONAL COMMITTEE OF MEDICAL JOURNAL EDITORS. Uniform requirements for manuscripts submitted to biomedical journals. *Public Health Reports*, v. 112, p. 253-263, May-June 1997.
- MARTIN, Paul; BATESON, Patrick. *Measuring behavior: an introductory guide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- MELTZOFF, Julian. *Critical thinking about research: Psychology and related fields*. Washington D. C.: APA, 1998.
- PONTEROTTO, Joseph G.; GRIEGER, Ingrid. Merging qualitative and quantitative perspectives in a research identity. In: KOPALA, Mary; SUZUKI, Lisa A. (Ed.). *Using qualitative methods in Psychology*. London: Sage Publications, 1998.
- SCHUTT, Russell K. *Investigating the social world: the process and practice of research*. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 1999.
- SLAMA-CAZACU, Tatiana. Psycholinguistics, where to in the 21st century? In: ARABSKI, Janucz (Ed.). *Challenging tasks for psycholinguistics in the new century*. Katowice: University of Silesia, Oficyna Wydawnicza, 2007. p. 77-85.
- TUCKMAN, Bruce Wayne. *Manual de investigação em educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

Recebido: 29 de agosto de 2014
Aprovado: 06 de novembro de 2014
Contato: mmartins@letras.up.pt
mgraca@letras.up.pt